

A ocupação da região do Rio Doce: conflitos sociais e degradação ambiental

Introdução

Durante o período que atuei como professora de História na educação básica, mantive especial interesse pela discussão relativa à inserção de temas sobre a História do Espírito Santo nos currículos escolares. Ciente do lugar secundário destinado ao estudo da História Local, desenvolvi pesquisas com o objetivo de promover a reflexão sobre o tema, bem como o desenvolvimento de metodologias de ensino e a produção de material didático destinados ao estudo de temáticas locais nessa esfera educacional (SALIM,). O presente artigo apresenta uma dessas experiências didáticas desenvolvida na disciplina de História com as turmas do sétimo ano do ensino fundamental em uma escola da rede municipal de Vitória.

De acordo com as orientações curriculares¹ para a área de História adotada no sistema municipal de ensino de Vitória, nas turmas do sétimo ano os principais temas de estudo são “As Grandes Navegações ” e a “A colonização da América e especialmente do Brasil”. No ensino de História perdura ainda hoje uma prática arraigada de focalizar a História do Brasil como o desdobramento da História Europeia, assim o Brasil entra “em cena” como decorrência de fatos e de ações protagonizados pelas nações europeias. Procurando romper com essa perspectiva do ensino de História, no desenvolvimento desta experiência de ensino como em outras ocasiões, elegi como temas geradores de estudos os conteúdos relativos à História do Brasil e especialmente à História Local, atribuindo a essas temáticas um lugar de centralidade no ensino. Assim, esse trabalho foi guiado por dois objetivos centrais: promover a circulação e o estudo de temas relativos à História do Espírito Santo no ensino fundamental e atribuir um lugar de centralidade aos temas da História do Brasil e da História Local.

¹ A orientação curricular do sistema municipal de ensino de Vitória segue o modelo denominado de “História Integrada” que se caracteriza por organizar os conteúdos cronologicamente apresentando de forma integrada os conteúdos de História Geral e do Brasil.

Desenvolvimento do trabalho: orientações teóricas e metodológicas

No estudo do tema geral sobre o processo histórico da ocupação do território brasileiro e os decorrentes impactos para a população nativa e o para o meio ambiente, focalizamos especificamente a região do Rio Doce no norte do Espírito Santo. Partimos do reconhecimento da degradação ambiental verificada nessa região na atualidade para, a partir desta questão do presente, compreender o processo histórico que provocou estas transformações no espaço geográfico focalizado no estudo.

Na reflexão das relações que envolvem o passado e o presente Bloch (2001, p. 24) observou que os temas do presente condicionam e delimitam o retorno possível ao passado, uma vez que: “O presente bem referenciado e definido dá início ao processo fundamental do ofício do historiador: compreender o presente pelo passado e, correlativamente, compreender o passado pelo presente”. Certeau (2002) também ressaltou esse vínculo da pesquisa histórica com o momento presente. Para ele não há, como durante muito tempo se supôs na pesquisa histórica, um *começo* anterior no tempo que explicasse todas as questões do momento atual. Na verdade, para o autor, toda investigação histórica parte das determinações do presente, a *atualidade é o seu começo real*. Reforçou essa concepção recorrendo a uma ideia de Febvre: “[...] o passado é uma reconstrução das sociedades e dos seres humanos de outrora por homens e para homens engajados na trama das sociedades humanas de hoje” (FEBVRE, apud CERTEAU, 2002, p. 22).

Benjamin (1997) também discutiu em sua teorização as relações passado/presente, para o autor o passado não é algo estanque/acabado, ao contrário, o passado apresenta-se como obra inacabada, sobre o qual o historiador deve trabalhar a partir de seu próprio presente. Benjamin (1997, p.46): “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo”.

Assim, o primeiro momento do trabalho consistiu na realização de uma pesquisa histórico-documental para seleção das fontes que subsidiaram o estudo do tema. O material selecionado foi integrado principalmente por textos narrativos e imagens produzidos por naturalistas estrangeiros, engenheiros, autoridades governamentais que percorreram e descreveram a região no período focalizado, como: *Viagem ao Brasil* -

Maximiliano – 1816; *Viagem ao Espírito Santo* de Saint-Hilaire – 1818; *Viagem a Província do Espírito Santo* de Biard – 1858; *Diário de Viagem* – D Pedro II – 1860; *Geologia e Geografia Física do Brasil* – Charles F Hartt –1865-1867; *O Desbravamento das Selvas do Rio Doce* - Professor Ceciliano Abel de Almeida – 1905; *Rio Doce: impressões de uma época* – Salm de Miranda – 1949.

Ao utilizar textos narrativos, tomamos a teorização de Benjamin (1997) sobre a função da narrativa no cenário de degradação da experiência que marca o mundo moderno pois, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros e incorpora as coisas narradas á experiência dos seus ouvintes. A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores” (p.198).

Apresentação do material selecionado

O meio físico, a fauna, a flora e também as pessoas que aqui viviam despertaram grande interesse e curiosidade entre os europeus desde a chegada dos navegadores *ao novo mundo* , deste modo, muitos estudiosos enviados pelos governos e universidades ou mesmo por iniciativa própria vieram conhecer e estudar essa terra. Muitos desses viajantes percorreram desde o século XVI o território do Espírito Santo. Destacamos entre eles: Jean de Lèry, em 1578; Pero Gandavo em 1570; Maximiliano em 1816; Auguste Saint-Hilaire, em 1818; Auguste François Biard, em 1858; Jean-Jacques Tschudi, em 1866; Charles Frederick Harrt, em 1870; e a princesa Tereza da Baviera, em 1888. O maior número deles esteve aqui no século XIX, apoiado por interesses econômicos e beneficiados pela abertura dos portos. Esses viajantes, filiados ao enciclopedismo e ao ideal romântico, chegavam ansiosos pelo encontro com a natureza desconhecida e principalmente movidos pela curiosidade do contato com os povos nativos.

Alguns historiadores, entre eles Pinsky (1990), denunciaram que os relatos desses viajantes contribuíram para a criação de diversos *mitos* sobre a História do Brasil, especialmente com relação ás culturas indígenas, como a prática da antropofagia, a preguiça, a desorganização social, o primitivismo entre outros. De certo, em vários momentos dessas narrativas, é possível identificar visões estereotipadas a respeito da população colonial de forma geral, visões que demonstram o incômodo e o preconceito

desses europeus diante das diferenças culturais. Contudo, tais narrativas não nos trazem apenas visões ideológicas sobre a população local, também, oferecem uma série de informações de grande importância na construção do conhecimento histórico. Por fim, mesmo visões que evidenciam o preconceito, presentes nessas narrativas, podem suscitar importantes reflexões sobre esse tema no ensino da História.

Devo ressaltar a importância para o estudo da História dos textos narrativos elaborados a partir da inserção dos viajantes na sociedade da época, na medida em que retratam a experiência social coletiva. Como observou Benjamin (1996) na narrativa, a realidade histórica é expressa a partir da experiência que passa de pessoa para pessoa. Os textos narrativos, devido ao seu caráter dinâmico, sempre aberto às perguntas e interferências daqueles que o leem representam uma possibilidade de evitar os discursos conclusivos sobre a História.

Dentre os viajantes citados utilizei especificamente os textos narrativos de Auguste Saint-Hilaire, Maximiliano Alexandre Philipp, Auguste François Biard e Charles F Hartt . Além do Diário de Viagem do imperador D. Pedro II e dos relatos dos engenheiros Ceciliano Abel de Almeida e Salm de Miranda. A seguir realizarei uma breve apresentação destes autores e de suas produções.

Auguste Saint-Hilaire, botânico francês, esteve no Brasil entre 1816 e 1822. Nesse período, percorreu grande parte da costa brasileira, colhendo informações zoológicas para o Museu de História Natural de Paris. Chegou ao Espírito Santo em 1818 e visitou todas as cidades e vilas que nesse período estavam restritas a uma estreita faixa litorânea que se estendia da Vila do Itapemirim até a desembocadura do Rio Doce. O material produzido para o trabalho pedagógico desenvolvido na ECBH foi, em grande parte, fundamentado no livro desse autor, dada a riqueza de seus relatos. Saint-Hilaire, além de descrever detalhadamente cada povoação, destacando o número de habitantes e casas, os tipos de construções, os costumes, a economia, também teceu considerações sobre a história da capitania desde a chegada do primeiro donatário. Para tanto, utilizou as informações de vários historiadores da época e dos viajantes que haviam passado antes dele pela capitania. Em seus relatos, também podemos obter importantes informações sobre os aspectos naturais da província, além de relatos dos confrontos envolvendo os povos indígenas, os colonos e os representantes do governo provincial.

O príncipe alemão Maximiliano Alexandre Philipp chegou ao Brasil em 1815, aqui permanecendo até 1817. Nesse período formou uma comitiva com outros dois naturalistas e, partindo do Rio de Janeiro, percorreu todo o litoral do Espírito Santo e o litoral e o interior do sul da Bahia. O trabalho de Maximiliano, entre todos os produzidos por naturalistas estrangeiros, ocupa um lugar de relevo, considerando sua importância tanto na Zoologia quanto na Etnografia. A riqueza das descrições e a qualidade da escrita fazem dessa obra uma leitura imprescindível para todo historiador interessado na História do Brasil e do Espírito Santo.

Biard, renomado pintor francês de sua época, esteve no Brasil durante dois anos, de 1858 a 1860. A vinda para o Brasil foi motivada, principalmente, pelo seu desejo de conhecer e ter como modelos os índios. Com esse intuito, partiu para o Rio de Janeiro e, ao chegar, sofreu profunda decepção por não encontrar ali “índios de verdade”. No Rio, foi informado de que havia uma região na província do Espírito Santo, onde era possível encontrar índios em “estado natural”. Assim, Biard deixou o Rio de Janeiro e veio instalar-se nas florestas de Santa Cruz. Nessa região, permaneceu por cerca de seis meses, convivendo e retratando os índios Tupinikin e Aimorés.

Charles Frederick Hart, geólogo e desenhista canadense, passou por território brasileiro no período de 1865-1867 integrando a expedição de Thayer. Aliava conhecimento científico com sensibilidade artística, que o levou a produção de um rico material iconográfico que retrata diversos aspectos do território e da sociedade brasileira e capixaba.

D. Pedro II no ano de 1859 acompanhado da imperatriz e de um pequeno séquito, realizou uma viagem percorrendo as seguintes províncias: Salvador, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo (ROCHA,2008). Aportou no Espírito Santo a 26 de janeiro de 1860 e partiu no dia 9 de fevereiro do mesmo ano. Nesse período percorreu as principais vilas da província (não foi apenas a São Mateus por provável receio de uma epidemia de varíola que no ano anterior causou um grande número de mortes). Nessas viagens produziu um diário com inúmeras observações sobre o território e a população, que constitui uma importante fonte de pesquisa.

O engenheiro Ceciliano Abel de Almeida trabalhou na Região do Rio Doce na ocasião da construção da ferrovia Vitória-Minas no ano de 1905. Cerca de cinquenta anos depois publicou um livro intitulado “O desbravamento das Selvas do Rio Doce”. Nessa obra de fundamental importância para a historiografia capixaba, relata as

experiências que viveu no período que trabalhou na ferrovia, focalizado a destruição da mata nativa e o extermínio de grupos indígenas.

E por fim, Salm de Miranda, engenheiro e Coronel do Exército brasileiro, que no final da década de 1940, a serviço das forças armadas, percorreu a região do Rio Doce nos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. O trabalho resultou na publicação do livro Rio Doce: impressões de uma época, uma rica narrativa dos aspectos físicos e sócias da região.

Os textos selecionados compreendem um período que se estende dos primeiros anos do século XIX até meados do século XX, assim a partir da leitura e do estudo de trechos deste material focalizamos o processo de degradação ambiental e os conflitos com as populações indígenas que se desenrolaram neste espaço de tempo.

O trabalho com os textos

Apresentarei a seguir alguns momentos do trabalho com o objetivo de exemplificar como foi organizado o estudo dos textos narrativos e quais as informações que este material de leitura forneceu para a compreensão do tema focalizado. Iniciamos com o relato de Saint-Hilaire que traça um quadro geral da capitania do Espírito Santo, demonstrando que as vilas e cidades estavam restritas á uma estreita faixa de terra litorânea e o interior era coberto por densas florestas onde habitavam as populações indígenas. Observando ainda, que nesse período o Rio Doce era o limite norte da província:

A atual Província do Espírito Santo apenas contém três quartos da antiga capitania do mesmo nome e se estende, pouco mais ou menos, de 19°31' até 20°16'. Limitada ao sul pelo Rio Cabapuana (Itabapoana), prolonga-se ao norte até o território de Porto Seguro, do qual a separa o Rio Doce. Se, porém, esta província abrande no comprimento uma extensão de cerca de 38 léguas de costa, sua largura é, em alguns lugares, reduzida a uma faixa estreita a e arenosa; sobre nenhum ponto suas dependências verdadeiras avançam no lado de leste tanto quanto na Vila da Vitória e, mesmo

lá, não se acha qualquer cultura a mais de 8 léguas do mar. A Província do Espírito Santo oferece, portanto, só uma faixa estreita que, em termo médio, não tem, provavelmente, mais de quatro léguas de largura. Para além se acham imensas florestas, que se confundem com as de Minas Gerais e servem de abrigo às tribos errantes dos Botocudos, sempre em guerra com os portugueses. (1974, p.13).

As narrativas desses viajantes mostram que o território da província do Espírito Santo no início do século XIX era quase tido coberta por uma densa floresta. O relato de Maximiliano sobre a região do Rio Itabapoana evidencia a riqueza da fauna dessa região:

Durante a nossa estada em Muribeca (antiga fazenda jesuítica), fizemos diversos acréscimos às coleções de história natural. Nas grandes matas e alagadiços das margens do Itabapoana, faz ninho o pato almiscarado. Essa linda ave, caracteriza-se pelas carúnculas nuas e vermelho-anegradas em redor dos olhos e do bico; a plumagem é toda negra, mais ou menos lustrada de verde e púrpura. O macho velho é muito grande e pesado, e tem a carne um pouco dura; os novos, porém, constituem um bom prato, sendo, por isso, bem servido ao caçador. Três escravos negros se ofereceram para caçar conosco; demos-lhes espingardas, pólvora e chumbo, e toda pó toda tarde caçamos íbis, patos, a garça real, garças brancas grande e pequena. Num passeio rio acima encontramos lontras e também jacarés. Nas matas reboavam os berros do macaco roncador e a voz forte do sauí-açu. Os caçadores mataram em pouco tempo quatro ou cinco desses belos macacos. Entre as aves destacava-se uma bonita espécie de pica-pau. (1989, p. 127).

Nesse trecho é possível observar a mentalidade predatória dos viajantes, preocupados em recolher o maior número de espécies possível para abastecer os museus de história natural da Europa. Já no norte da província, ao subir o Rio Doce em direção à Linhares, mais uma vez o viajante chama a atenção para a riqueza da fauna e da flora:

O tempo estava lindo, e achamos a excursão muito agradável. Em plena manhã, a vasta superfície do rio cintilava ao sol. As margens estavam tão densamente revestida de selva que não havia espaço livre onde se pudesse erguer uma casa. Vinham das florestas berros de macacos, sobretudo dos barbados e dos saí-açus. Vimos aí, pela primeira vez em estado selvagem as magníficas araras. Periquitos, maracanãs, maitacas, tiribas, curicas, jandais e outras espécies de papagaio voavam aos bandos, em algazarra, de uma margem a outra, enquanto o majestoso pato almiscarado pousava no ramo de uma árvore. Tucanos e surucuás emitiam alto som. Um jacaré, que se aquecia ao sol, fugiu ao ruído dos remos (1989, p. 157).

Seguindo em sua narrativa, Maximiliano, mais uma vez ressalta a exuberância das matas do Rio Doce:

A estada no rio Doce foi, sem dúvida, uma das etapas mais interessantes das minhas viagens pelo Brasil; porque, à margem desse rio de cenários tão soberbos e tão notável do ponto de vista das riquezas naturais, tem o naturalista muito com que se ocupar e experimentar as mais variadas e agradáveis emoções. Toda via, os frutos de nossas pesquisas teriam sido muito maiores, caso pudéssemos percorrer sem impedimento e perigo, essas florestas ainda inexploradas... Todas as madeiras de lei aí se encontram: jacarandá, oiticica, jequitibá, vinhático, cedro, ipê, peroba, pau-brasil, etc (1989, p.162).

Outra questão que pode ser observada nessas narrativas diz respeito aos violentos conflitos envolvendo os povos indígenas que habitavam o interior da província, *principalmente os Botocudos*, os moradores das vilas e o governo provincial, intensificados com a ocupação do interior verificada a partir do início do século XIX. Enquanto as tribos indígenas resistiam à invasão de suas terras o governo português declarava a “guerra justa” contra esses povos. Esse ambiente de uma verdadeira guerra era vivenciado em todo território da província. Saint-Hilaire ao visitar o núcleo de povoamento de Santo Agostinho (Viana) destacou o temor da população provocados por esses conflitos:

Todas as numerosas vantagens usufruídas pelos habitantes de Viana eram, na época de minha viagem, compensadas tristemente pelo temor que sem cessar causava a vizinhança dos índios inimigos.(1974, p. 56)

Maximiliano ofereceu uma detalhada descrição de um dos episódios desse conflito no norte da província:

A tribo dos Botocudos vagueia nas florestas, à beira do Rio Doce, até as nascentes deste na capitania de Minas Gerais. Esses selvagens têm oferecido até agora obstinada resistência aos portugueses. Se algumas vezes se mostraram amigáveis em certo lugar, cometeram excessos e hostilidades em outro; daí nunca ter havido um entendimento duradouro entre eles. Muitos anos atrás havia um posto militar de sete soldados a oito léguas Rio Doce acima, no local onde hoje se ergue a população de Linhares; esse posto estava guarnecido com uma peça de canhão para proteger a projetada estrada nova para Minas. A peça, a princípio, manteve os selvagens à distância, mas, à proporção que foram conhecendo melhor os europeus e suas armas, os temores desapareceram. De uma feita assaltaram repentinamente o quartel, mataram um dos soldados, e teriam também massacrado os outros, se estes não tivessem fugido e escapado pelo rio, tomando uma canoa, que aconteceu justamente vir chegando com a salvação. Não podendo alcançá-los, os selvagens encheram o canhão de pedras e retiraram-se para as selvas. Depois desse fato, o último ministro de Estado, conde Linhares, declarou-lhes guerra formal, numa proclamação bem conhecida; ordenou que os postos militares já estabelecidos à margem do rio Doce fossem reforçados e que se instalassem outros, a fim de proteger os estabelecimentos dos europeus e as comunicações com Minas através do rio. Desde então não se deu trégua aos Botocudos, que passaram a ser exterminados onde quer que se encontrassem, sem olhar idade ou sexo; e só de vez em quando, em determinadas ocasiões, crianças muito pequenas foram poupadas e criadas. (1989, p.153)

A resistência dos escravos também foi alvo das observações dos viajantes, Maximiliano forneceu um relato de um interessante movimento de rebelião escrava em Guarapari. A leitura desse relato propicia a discussão sobre a origem das comunidades quilombolas que atualmente estão localizadas em várias regiões do território capixaba.

A vila de Guarapari tem cerca de 1600 habitantes. As ruas não são pavimentadas, tendo apenas medíocres calçadas junto das casas, que são pequenas e quase todas de um só andar. O lugar é, de modo geral, pobre; na vizinhança, porém, existem grandes fazendas. Uma delas com quatrocentos escravos negros, é denominada Fazenda de Campos, e outra, com duzentos negros, Engenho Velho. Quando o último proprietário daquela morreu, sobreveio uma desordem geral: os escravos se revoltaram e cessaram o trabalho. Um padre informou aos herdeiros em Portugal o estado de ruína da propriedade, e ofereceu-se para restaurar a ordem se lhe dessem uma parte da fazenda. Assim se combinou, mas o cabeça dos escravos mataram-no na cama. Armaram-se e formaram nessas florestas uma República Negra que não foi fácil submeter. Tomaram posse da fazenda, viviam livres e caçavam no mato. Ao mesmo tempo, os escravos da Fazenda Engenho Velho também se libertaram. (1989, p.139).

Biard (1986), quase meio século depois, observou o desmatamento na região da foz do Rio Doce e extração do jacarandá pelo italiano Tabachi, porém ao subir o Rio as matas retornavam com sua exuberância: “A natureza, longe de ser virgem, já tinha sofrido grandes modificações, mas subindo o rio encontrei as florestas virgens tão desejadas” (p.40). Nesse período a dura guerra contra os botocudos já havia minado consideravelmente a resistência indígena, permitindo o contato do pintor francês com um grupo desses indígenas. No relato de Biard podemos identificar a tentativa dos indígenas de reivindicar junto ao governo provincial o direito à posse de terras:

Nesse dia eu estava na tenda, de joelhos, trabalhando, quando ouvi vozes; havia gente falando com Manoel. Qual não foi minha surpresa quando, pondo a cabeça à porta, vi, ao invés de algum caçador com seu fuzil, como acontecia às vezes, uma dúzia de

selvagens botocudos, de lábios deformados e orelhas de meio pé de comprimento. Esses botocudos voltavam de Vitória, onde estiveram em delegação junto ao presidente da província. Entraram completamente nus na cidade; logo receberam camisas e calças, bem como algumas ferramentas, ouviram belas palavras e promessas magníficas, que não eram porém para levar a sério, e foram despachados (1986, p.43)

No ano de 1860, D. Pedro II identificou em seu diário as fazendas e sítios e o desmatamento das matas na região do Rio Doce, contudo ao depois de subir um pouco mais no rio afirmou: “Há muito tempo que não vejo nenhuma casa em qualquer das margens”. O Imperador, como Biard, também teve um breve contato com os botocudos:

Apareceram os botocudos alguns com beijo e orelhas furadas, e uma velha com um tremendo batoque no beijo e outra de menos idade com batoques no beijo e nas orelhas. Palavras colhidas da língua, do branco que chama-se Benjamin Antonio de Matos. Índios Mutu (nak-ne-nuk), Rio Doce, (Munhan-uatu), Rio (Uatú), Macaquinho de cara branca (Anhiknhik), Fumo (Angnang) .

O geólogo canadense, em meados da década de 1860, foi mais um a enaltecer a grandiosidade das florestas do Rio Doce: “em parte alguma do Brasil, nem mesmo no Pará, vi uma floresta mais exuberante do que a do Rio Doce. (1989, p.120). Contudo as marcas do desmatamento já era cada vez mais perceptível:

“O jacarandá que outrora abundava ao longo do Rio, mas que presentemente, tem sido extensivamente cortado para exploração, para ser encontrado de tamanho suficiente para o corte, deve ser procurado a alguma distância do rio. “(1989, p.122.)

Passamos para o início do século XX com o livro O desbravamento das selvas do Rio Doce, publicado da década de 1950, narra a infância do autor em São Mateus e sua experiência como engenheiro da ferrovia Vitória-Minas no ano de 1950. Ao lembrar dos tempos de infância na fazenda dos pais localizada as margens do Rio Cricaré, o autor registra os vestígios da guerra contra os botocudos no final do século XIX.

João e Luís, rapazes esquisitos, freqüentavam a choupana de meus pais. Eram os caboclos. Foram criados pela minha avó, eram órfãos. Perderam pai e mãe que usavam botoques, e morreram quando a maloca investiu contra uma fazenda, situada rio acima. (1959,p.3)

Em outro momento da narrativa, relembra o ataque indígena contra o barco que estava com o pai: “o ataque, de instante a instante, intensificava-se. As flechas enchem o rio e já estaríamos ensangüentados, e quiçá mortos, se os agressores se houvessem postados na ribanceira. (1959p.204).

O novo contato com os botocudos ocorreu quando estava trabalhando como engenheiro na construção da ferrovia Vitória-Minas na região do Rio Doce. No relato do autor é possível perceber o estado de aniquilamento e fragilidade dos indígenas que já não ofereciam a brava resistência registrada pelos viajantes no início do século XIX:

Seis ou oitos bugres com seus curumins, sem cerimônias, penetraram a casa, devassaram-na, assenhoravam-se daquilo de que se agradaram... após nossa chegada surgem os homens indígenas que com as mulheres, num linguajar desconhecido, parecem repetir os mesmos pensamentos, ressaltados por abundante gesticulação. No meio da confusão, despontam palavras em um português estropiado: dineo e fome... e sem ênfase, esmorecidos, famintos, os pobres tristes e vencidos.(1989, p.197)

O relato do engenheiro Ceciliano Abel de Almeida também nos possibilitou acompanhar o processo de degradação ambiental do Rio Doce. Inicialmente o autor nos mostra que ainda no início do século XX as florestas do Rio Doce conservavam a sua grandiosidade:

Em 1905 chegamos ao Rio Doce como engenheiro da E de F Vitória a Minas. A região das matas desconhecidas continuava indevassável. Pouco se havia transformado em confronto com as informações de Maximiliano, Saint-Hilaire e Hartt e outros.(1959, p.4).

Contudo diversos fatores como a expansão da lavoura e a construção da ferrovia cada vez mais alterava o cenário nativo:

Vimos o fogo carbonizar gigantes troncos de árvores seculares, labaredas nelas se enroscarem, como serpentes endoidecidas, subirem e projetarem-se além de suas grimpas. Estarrecemo-nos diante da queda do velho Jequitibá, devorado pelo incêndio que lhe destruiu a base. Após a devastação ocasionada pela carreira das chamas desembestadas, alguns troncos ficavam ainda fumegando. A terra havia recebido o batismo do fogo destruidor. O solo empobrecia-se. A erosão aumentava. A fauna decrescia.(1959, p.6)

Cerca de quatro décadas depois dos registros de Ceciliano Abel de Almeida, o Coronel Salm de Miranda denunciou em seu relato a devastação da floresta com a produção cafeeira, a pecuária e a extração de madeira:

Para que florescessem os cafezais e houvesse pastos onde crescesse o gado, fora preciso investir contra a mata e vencê-la. Primeiro tirar a peroba, depois brocar a mata e derrubá-la, para então lançar contra ela o mais terrível e perigoso aliado, o fogo.(1949, p.55)

E continua destacando a devastação de árvores seculares e o processo de desertificação do solo:

E a mata vai tombando, copas gigantes batendo-se ao solo, longos e nodosos troncos deitando-se vencidos, uns desordenadamente sobre os outros, arrastando grossos cipós que as entrelaçam, só ruínas ficam de pé, nos tocos baixos, eriçados de farpas enormes e pontudas. Terminada a derrubada, espera-se que murche pelo menos três meses para poder aceitar o fogo. Sai o jacarandá desde o tempo do Brasil Colônia, sai o cedro, sai a peroba, o jequitibá, as canelas de múltiplas variedades, toda gama das madeiras de lei... Em compensação fica o deserto. (1949, p. 55)

Ao final do trabalho com esse material foi possível perceber as transformações ocorridas na região ao longo de aproximadamente um século e meio, analisando com o desenvolvimento econômico alterou a paisagem natural e determinou o extermínio das populações indígenas.

Para finalizar

Neste artigo, procurei exemplificar, a partir do relato de um trabalho com alunos, as diferentes possibilidades metodológicas para o ensino da história, que ultrapasse o uso restrito de livros didáticos.

O trabalho com imagens e textos narrativos mostrou-se capaz de conferir uma nova dinâmica ao ensino de história, na medida em que contribuiu para evidenciar com maior clareza a historicidade das ações humanas. Contudo não encerram em si a superação dos problemas no ensino da história.

O desenvolvimento de novas propostas metodológicas constitui um processo complexo que, se não for realizado com o devido rigor, poderá comprometer a qualidade do ensino. Não podemos desconsiderar que a aplicação de novas metodologias requer a presença e a mediação do professor em todo o processo. Sendo assim torna-se imprescindível tenha clareza a respeito dos pressupostos metodológicos que norteiam tais propostas. No entanto, a nossa realidade profissional nos mostra que grande parte dos professores não tem acesso à discussão teórica que marca atualmente o campo da produção historiográfica.

Atualmente, podemos constatar que, se, por um lado prevalecem, na produção acadêmica e nas propostas curriculares relacionadas com a área de história, procedimentos metodológicos inovadores direcionados ao ensino, por outro as políticas educacionais dificultam cada vez mais a participação ativa dos professores no encaminhamento dessas propostas. Sendo assim, o professor perde seu poder de tomada de decisão, passando a desenvolver metodologias já projetadas. Essa situação faz com que tais propostas permaneçam como meros discursos, não conseguindo repercussão na realidade escolar.

Acreditamos que a dissociação entre o trabalho do professor e o processo de construção do conhecimento histórico constitui o ponto crucial em qualquer discussão sobre o ensino de história. As mudanças no ensino de história, como na educação de maneira geral, só poderão ocorrer quando o professor passar a ocupar o lugar de produtor na elaboração e no direcionamento de programas e metodologias de ensino, traçadas a partir do posicionamento teórico e dos objetivos do professor, bem como da realidade escolar na qual atua.

Com relação especificamente à história local, ficou evidenciada a importância do seu enfoque no ensino da história. Em primeiro lugar, o estudo da história, a partir do enfoque dos aspectos históricos e culturais locais, é capaz de propiciar ao aluno uma melhor compreensão dos temas mais genéricos, tornando tais temas menos abstratos e mais próximos da percepção dos alunos, considerando que a utilização de tais referenciais nos possibilita vivenciar de maneira mais concreta no ensino, o processo de construção do conhecimento histórico.

Finalizando, é preciso afirmar a importância de aliarmos a atividade de pesquisa ao ensino da história. O fato de o professor tornar-se autor de sua prática, produzindo, a partir do estudo e da pesquisa, o seu material didático, é capaz de proporcionar uma nova dinâmica na concepção do processo de ensino/aprendizagem. Uma nova dinâmica que nos permita superar uma concepção deste processo baseada na reprodução mecânica de conhecimentos pré-prontos.

Benjamim (1996, p. 89), em um artigo que discute o programa pedagógico do marxismo, ressalta que, em geral, concebemos o processo de aprendizagem unicamente como *fonte de desprazer*. Segundo o autor, isso acontece quando no ensino as ações humanas são apresentadas de forma *mecânica, insubstituíveis e incapazes de resistências e mudanças*. Ao contrário, o processo de aprendizagem torna-se agradável, quando evidencia que o *homem pode ser conhecido e, principalmente, pode conhecer*.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. *O Desbravamento das Selvas do Rio Doce*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

- BIARD, J. F. *Viagem a Província do Espírito Santo*. Vitória, 1986.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- HARTT Charles F. *Geologia e Geografia Física do Brasil*. São Paulo: Coleção Brasiliana, 1989.
- MIRANDA, Salm de. *Rio Doce: impressões de uma época*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1949.
- PINSK, J. O ensino de História e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 1989.
- SAINT-HILAIRE. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- SALIM, Maria Alayde Alcantara. O lugar do professor no ensino da história. Dissertação (Mestrado em Educação). Vitória: UFES, 2001
- SIMÕES, Regina H. S; FRANCO, Sebastião P.; SALIM, Maria A . A . Ensino de história: seus sujeitos e suas práticas. Vitória: GM gráfica e editora, 2006.
- WIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.